

**A Semana de Arte Moderna e a obra Macunaíma na construção e consolidação da
identidade brasileira
(ensaio)**

**The Modern Art Week and the Macunaíma work in the construction and consolidation
of Brazilian identity**

João Flôres Alkmim¹

Introdução

A linguagem, a arte e a religião são as três funções e construções simbólicas que nos separam dos demais animais, segundo os estudos antropológicos que investigam a origem da humanidade. É fato que a arte é uma dimensão incontornável do aparato psíquico e simbólico, de nós humanos, e uma das mais importantes referências na formação de nossas identidades. A arte é essencial na construção de nossa interação e integração coletiva. É, ainda, importantíssima na comunicação massiva que aborda a realidade e seus aspectos subjacentes presentes em qualquer comunidade ou sociedade.

¹ Historiador e professor, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pós-Graduado em metodologia do ensino pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG. Atua na área de Educação, Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Ocupou diversos cargos na Administração Pública, como: Diretor de Escola da Rede Municipal de Ensino de Betim-MG; Secretário Adjunto de Educação de Betim-MG; Coordenador de Ensino da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; Secretário de Cultura e Turismo em Santa Luzia-MG; Coordenador de Políticas Culturais na Fundação Cultural do Município de Contagem-MG; Diretor de Políticas Culturais da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude de Contagem-MG; Conselheiro em diversos conselhos de educação, turismo e patrimônio histórico (artístico e cultural) em Minas Gerais. Autor do Livro: Gestão Pedagógica - Novo Paradigma para a Avaliação. Publicado em 2007. Livro este usado como bibliografia básica no Curso de Pedagogia da UEMG.

A cultura humana não existiria sem a arte e suas conexões simbólicas que dão sentido à nossa existência enquanto espécie, e são essas interligações psíquicas e simbólicas que dão origem ao que chamamos de consciência.

A consciência é um dos maiores mistérios que permeiam a existência da humanidade, mas sabemos que a arte é condição *sine qua non* para sua formação.

Neste ensaio, vamos trabalhar a consciência em uma perspectiva social e de identidade coletiva a que daremos o nome conceitual de Consciência Lendária-Identitária, tomada de empréstimo de outro ensaio com esse mesmo nome.

Para uma análise perspectiva de como a arte proporcionou a formação da unidade territorial do Brasil, ao longo de sua história, analisaremos a nossa origem ligada à formação do império colonial português e à sua identidade como parte desse império e, mais especificamente, o papel da Semana de Arte Moderna na formação dessa Consciência Identitária de Brasil.

As manifestações artísticas possuem a capacidade de captar, introjetar, redimensionar e transmitir para suas produções a Consciência Lendária-Identitária, que será novamente captada, introjetada, redimensionada e transmitida pelos consumidores dessas obras para toda a sociedade, criando um ciclo de produção — absorção — transmissão — que permeia o corpo social e suas instituições — que são as lendas, os rituais e as tradições que também sofrem esse processo de produção — absorção — transmissão e que transformam toda essa força social e cultural em política de Estado.

Nessa perspectiva, vamos analisar como Os Lusíadas de Camões, a arte pictórica da azulejaria e a política de estado lusitana consolidaram a Consciência Lendária-Identitária portuguesa como um império ultramarino unificado; na inversa medida em que a arte castelhana e a sua política de estado, tiveram papel preponderante na consolidação da Consciência Lendária-Identitária espanhola, o qual foi encarado como um reino fragmentado e com todo o poder concentrado nas mãos de Castela, causando, portanto, no império espanhol várias rupturas institucionais que perduram até os dias atuais.

O caso português será bem trabalhado na sua extensão, até porque está intimamente relacionado à própria história do Brasil, enquanto o caso espanhol será tratado como um contraponto ao caso português, para que possamos traçar um paralelo inteligível entre as duas trajetórias históricas e as suas Consciências Lendárias-Identitárias que foram construídas no curso desses dois caminhos.

Na sequência, analisaremos a Semana de Arte Moderna como a fundadora de uma definitiva Consciência Lendária-Identitária brasileira, marco da nossa conscientização como nação única no mundo, e o papel da obra *Macunaíma*, de Mario de Andrade, como uma síntese dessa identidade étnica e cultural que transpôs as barreiras da miscigenação. Para daí, então, culminar na construção de uma união axiológica capaz de integrar as três raízes étnicas que formam o povo brasileiro em uma consciência identitária.

Fundamentação

O caso português

Portugal foi o primeiro Estado Nacional a se constituir na Europa em 1139, a partir do condado portugalense, localizado entre os rios Minho e Douro, ao norte da península, expandindo-se, posteriormente, para o sul sobre as terras dos mouros, os quais haviam, anteriormente, invadido a península Ibérica.

Portugal, desde os seus primórdios, teve uma ligação muito grande com a navegação, especialmente no oceano Atlântico, incluindo aí a pesca em alto-mar. Os cravos, embarcação muito usada para pesca no Atlântico, ao longo do tempo, foram se adaptando para ir cada vez mais longe da costa em busca de pescados mais nobres. Portugal dependia muito do mar para a sua economia.

O reino de Portugal, a partir da quebra do monopólio do comércio das especiarias de Veneza e Gênova – cidades-estados italianas, destituídas do controle monopolista pelos turcos

otomanos –, encontrou-se com a possibilidade de tentar controlar esse comércio através do oceano Atlântico. Para tal empreitada foi elaborado seu maior projeto como povo/nação: encontrar o caminho marítimo para as índias e dominar o comércio de especiarias.

Para implementar tão grandioso feito, os portugueses desenvolveram embarcações muito ágeis e tecnologicamente muito avançadas para a época: as caravelas (uma melhoria tecnológica dos cravos, barcos de pesca tradicionais em Portugal), as quais foram as armas de Portugal para construir o que desde o início eles compreenderam como sendo a construção de um império marítimo fora da Europa.

Esse projeto foi encabeçado pelos seus monarcas e contaminou toda a nobreza portuguesa. Em 1498, Vasco da Gama concluiu este objetivo, iniciado quase um século antes com o Infante Dom Henrique em 1419. Este projeto, de tão grandioso, foi seguido e desenvolvido por outros membros da nobreza ao longo dos anos, a exemplo de: Gil Eanes que, em 1434, chega ao cabo Bojador. Além de Diogo Cão que, em 1471, funda a Feitoria de São Jorge da Mina para explorar ouro nas costas da África. Em 1483, este desbravador também explora o interior da África e acaba chegando ao reino do Congo. E, por fim, Bartolomeu Dias que, em 1488, chega ao cabo da Boa Esperança, atual cidade do Cabo na África do Sul.

Esses navegadores representantes da pequena nobreza lusitana (Camões fazia parte dessa pequena nobreza), junto com a monarquia, foram os grandes construtores e disseminadores da Consciência Lendária-Identitária em Portugal e em todo o território do seu Império.

Toda essa trajetória, construída por várias gerações de portugueses, foi retratada na epopeia *Os Lusíadas*, escrita por Luís Vaz de Camões, e exposta nos vários painéis de azulejaria existentes em toda Portugal, como o tema mais retratado e de maior importância das artes pictóricas daquele país. A arte, nesse momento, construía uma visão grandiosa de nação que foi sendo assimilada, aos poucos, pelos portugueses de todos os matizes sociais.

Essa construção de Portugal, como um império ultramarino, foi sendo potencializado, ao longo de todo um século, com as novas conquistas portuguesas, a exemplo das terras da

América (Brasil) e a conclusão da rede de entrepostos comerciais que ligavam Europa, África e Ásia num contínuo de Lisboa (Portugal) a Nagasaki (Japão), o qual foi finalizado em 1571. Tal feito transformou Portugal na maior potência comercial e marítima do século XIV.

O livro os Lusíadas foi publicado em 1572, sendo esta obra a principal responsável pelo processo de produção - absorção - transmissão que consolidou as lendas portuguesas sobre os fatos históricos da sua expansão marítima. Influenciando, com isso, as ritualizações na arte da azulejaria e a sua reprodução para o resto da sociedade, até que esta ritualização contaminasse as trovas do cotidiano e elas se tornassem tradição e, conseqüentemente, uma Consciência Lendária-Identitária que começou na política de estado – implementada pela monarquia e a pequena nobreza – e, depois, disseminada através das manifestações artísticas que se espalharam e se cristalizaram, em grande extensão, como tradição e Consciência Lendária-Identitária por toda a sociedade portuguesa e por todo o império constituído nas terras de além-mar (abarcando os três continentes: América, África e Ásia).

O poema Os Lusíadas, nesse processo, desempenhou vários papéis, como já descrito no parágrafo anterior. Mas, na realidade, a sua principal função foi a de transformação dos fatos históricos em lenda, utilizando de princípios descritivos imagéticos. Sendo assim, Camões construiu uma narrativa que penetrou a imaginação; que aguçou as duas pulsões sociais primárias do povo português (tanto na metrópole quanto nas colônias), quais sejam: de liberdade e de segurança.

Na narrativa de Camões, a pulsão de liberdade está expressa nos grandes feitos de navegação e exploração de novas terras, continentes e cultura; bem como a pulsão de segurança está expressa na formação e concretização de um império de além-mar, no qual os portugueses possuíam prevalência econômica e militar. Nesse sentido, as estrofes de 1 a 3 do Canto I, do poema épico Os Lusíadas, sintetiza toda essa composição imagética que passou a compor a lenda portuguesa de padrão de império ultramarino, como se Portugal foi o primeiro Estado Nacional a se constituir na Europa em 1139, a partir do condado portugalense, localizado entre

os rios Minho e Douro, ao norte da península, expandindo-se, posteriormente, para o sul sobre as terras dos mouros, os quais haviam, anteriormente, invadido a península Ibérica.

Portugal, desde os seus primórdios, teve uma ligação muito grande com a navegação, especialmente no oceano Atlântico, incluindo aí a pesca em alto-mar. Os cravos, embarcação muito usada para pesca no Atlântico, ao longo do tempo, foram se adaptando para ir cada vez mais longe da costa em busca de pescados mais nobres. Portugal dependia muito do mar para a sua economia.

O reino de Portugal, a partir da quebra do monopólio do comércio das especiarias de Veneza e Gênova — cidades-estados italianas, destituídas do controle monopolista pelos turcos otomanos —, encontrou-se com a possibilidade de tentar controlar esse comércio através do oceano Atlântico. Para tal empreitada foi elaborado seu maior projeto como povo/nação: encontrar o caminho marítimo para as índias e dominar o comércio de especiarias.

Para implementar tão grandioso feito, os portugueses desenvolveram embarcações muito ágeis e tecnologicamente muito avançadas para a época: as caravelas (uma melhoria tecnológica dos cravos, barcos de pesca tradicionais em Portugal), as quais foram as armas de Portugal para construir o que desde o início eles compreenderam como sendo a construção de um império marítimo fora da Europa.

Esse projeto foi encabeçado pelos seus monarcas e contaminou toda a nobreza portuguesa. Em 1498, Vasco da Gama concluiu este objetivo, iniciado quase um século antes com o Infante Dom Henrique em 1419. Este projeto, de tão grandioso, foi seguido e desenvolvido por outros membros da nobreza ao longo dos anos, a exemplo de: Gil Eanes que, em 1434, chega ao cabo Bojador. Além de Diogo Cão que, em 1471, funda a Feitoria de São Jorge da Mina para explorar ouro nas costas da África. Em 1483, este desbravador também explora o interior da África e acaba chegando ao reino do Congo. E, por fim, Bartolomeu Dias que, em 1488, chega ao cabo da Boa Esperança, atual cidade do Cabo na África do Sul.

Esses navegadores representantes da pequena nobreza lusitana (Camões fazia parte dessa pequena nobreza), junto com a monarquia, foram os grandes construtores e

disseminadores da Consciência Lendária-Identitária em Portugal e em todo o território do seu Império.

Toda essa trajetória, construída por várias gerações de portugueses, foi retratada na epopeia *Os Lusíadas*, escrita por Luís Vaz de Camões, e exposta nos vários painéis de azulejaria existentes em Portugal, como o tema mais retratado e de maior importância das artes pictóricas daquele país. A arte, nesse momento, construía uma visão grandiosa de nação que foi sendo assimilada, aos poucos, pelos portugueses de todos os matizes sociais.

Essa construção de Portugal, como um império ultramarino, foi sendo potencializado, ao longo de todo um século, com as novas conquistas portuguesas, a exemplo das terras da América (Brasil) e a conclusão da rede de entrepostos comerciais que ligavam Europa, África e Ásia num contínuo de Lisboa (Portugal) a Nagasaki (Japão), o qual foi finalizado em 1571. Tal feito transformou Portugal na maior potência comercial e marítima do século XIV.

O livro *Os Lusíadas* foi publicado em 1572, sendo esta obra a principal responsável pelo processo de produção — absorção — transmissão que consolidou as lendas portuguesas sobre os fatos históricos da sua expansão marítima. Influenciando, com isso, as ritualizações na arte da azulejaria e a sua reprodução para o resto da sociedade, até que esta ritualização contaminasse as trovas do cotidiano e elas se tornassem tradição e, conseqüentemente, uma Consciência Lendária-Identitária que começou na política de estado — implementada pela monarquia e a pequena nobreza — e, depois, disseminada através das manifestações artísticas que se espalharam e se cristalizaram, em grande extensão, como tradição e Consciência Lendária-Identitária por toda a sociedade portuguesa e por todo o império constituído nas terras de além-mar (abarcando os três continentes: América, África e Ásia).

O poema *Os Lusíadas*, nesse processo, desempenhou vários papéis, como já descrito no parágrafo anterior. Mas, na realidade, a sua principal função foi a de transformação dos fatos históricos em lenda, utilizando de princípios descritivos imagéticos. Sendo assim, Camões construiu uma narrativa que penetrou a imaginação; que aguçou as duas pulsões sociais

primárias do povo português (tanto na metrópole quanto nas colônias), quais sejam: de liberdade e de segurança.

Na narrativa de Camões, a pulsão de liberdade está expressa nos grandes feitos de navegação e exploração de novas terras, continentes e cultura; bem como a pulsão de segurança está expressa na formação e concretização de um império de além-mar, no qual os portugueses possuíam prevalência econômica e militar. Nesse sentido, as estrofes de 1 a 3 do Canto I, do poema épico *Os Lusíadas*, sintetiza toda essa composição imagética que passou a compor a lenda portuguesa de padrão de império ultramarino, como se segue:

Canto I

1

As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

2

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando;
E aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando;
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

3

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

As mesmas pulsões de liberdade e segurança estavam presentes na América portuguesa, especialmente em seus desbravadores mamelucos (mestiço de branco com índio), proprietários de terra, igualmente considerados súditos do Rei, e os Bandeirantes paulistas. Os Bandeirantes são o exemplo mais claro de como a associação equilibrada das duas pulsões psicossociais associadas formam uma Consciência Lendária-Identitária, voltada para a consolidação de um império. Nomes como Fernão Dias Paes, Antônio Raposo Tavares, Bartolomeu Bueno da Silva, Manuel de Borba Gato, entre tantos outros, foram os responsáveis pela ampliação e conquista de setenta por cento do território brasileiro.

Os Bandeirantes eram os descendentes diretos daqueles navegadores portugueses, descritos nos Lusíadas, e estavam imbuídos dessa mesma consciência que foi aplicada em terras americanas, não mais como desbravadores dos oceanos, mas como desbravadores das terras americanas.

A identidade de império ultramarino era tão forte, em terras americanas, que os paulistas invadiram e conquistaram as terras pertencentes à Espanha, pelo tratado de Tordesilhas, e se tornaram senhores dos sertões, mas sem jamais desconhecer a autoridade do Rei nas terras em que eles haviam conquistado, sem ajuda nenhuma da Coroa portuguesa. Entretanto, esses conquistadores sempre se mantiveram como súditos leais do Rei, mesmo nos episódios de conflito com os reinóis, como na guerra dos Emboabas, em que estava em jogo a posse das minas de ouro, no atual estado de Minas Gerais (a guerra foi travada entre portugueses e paulistas).

A Consciência Lendária-Identitária possuía a mesma força nos dois lados do oceano Atlântico e foi fundamental para a conquista e manutenção de dois impérios, que só seriam separados séculos depois. Um império marítimo e comercial nos oceanos, outro terrestre e continental na América do Sul. Portugal, no final dos anos de 1500 e início de 1600, se considerava um império consolidado, na Europa e nas terras conquistadas nos outros três continentes. O Império português era um só, independente de qual parte de seu território os seus integrantes (súditos) estivessem.

A Consciência Lendária-Identitária de todos os habitantes do Império estava formada e todos eles entendiam as terras lusitanas como sendo uma coisa só, única e unida como no poema de Camões. Essa mensagem lendária era tão forte que não havia em Portugal uma distinção entre os reinóis e os locais de cada parte do Império. Para a Coroa portuguesa todos os súditos do Rei eram todos os nascidos no Império português e gozavam de iguais direitos.

Para exemplificar esse grau de igualdade, usemos o caso de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que assumiu o posto mais importante da Coroa portuguesa, Secretário de Estado do Reino (o equivalente ao posto de Primeiro-ministro). Pombal era descendente indireto de um mameluco, Jerônimo de Albuquerque Maranhão (conquistador do Maranhão, daí o seu sobrenome), pernambucano, filho de um português com uma índia e membro de uma das famílias mais importantes de Pernambuco colonial. Era parente em linha colateral do Marquês, tendo na linhagem a mesma ancestral direta; ambos eram descendentes diretos da índia da etnia Tabajara M'Uirá Ubi (em português Arco Verde), batizada com o nome cristão de Maria do Espírito Santo Arcoverde, ancestral em linha direta do Marquês de Pombal, através de sua mãe Dona Teresa Luísa de Mendonça e Melo, fidalga nascida no Reino de Portugal, mas com ascendentes Tabajaras no nordeste brasileiro.

A origem silvícola de Pombal não o impediu de exercer a função mais importante do Reino português (posto reservado à nobreza), ou que sua legitimidade fosse de algum modo questionada, mesmo quando suas ações contrariavam interesses poderosos da nobreza e dos jesuítas lusitanos. Assim, fica claro que a Consciência Lendária-Identitária, construída pelos portugueses, foi direcionada ao seu império ultramarino e não ficou restrita às terras europeias do Reino de Portugal.

Dando um salto de duzentos anos, no processo histórico, iremos agora tratar dos acontecimentos que culminaram com a independência do Brasil e como a Consciência Lendária-Identitária foi fundamental para esse processo e, principalmente, para a manutenção do território colonial (continental) sem fragmentação política.

Com o advento das Guerras Napoleônicas (1803 a 1815), a Europa se viu envolvida no maior conflito continental de sua história. A disputa entre franceses e ingleses envolveu todo o continente europeu e, de certa forma, o continente americano que era em sua quase totalidade colônia de países europeus.

A Península Ibérica foi envolvida totalmente no conflito, uma vez que essa região era estratégica para ambos os lados, Inglaterra e França. No desenrolar do conflito, Portugal e Espanha se posicionaram em lados opostos: Portugal se alinhou à Inglaterra e a Espanha se alinhou à França, o que desencadeou "a guerra dentro da guerra" que recebeu o nome de Guerra Peninsular (1807 a 1814). A Guerra Peninsular encontrou Portugal em grande desvantagem militar e sem condição de reagir frente a um inimigo tão poderoso como a França de Napoleão. Encurralado pelo exército francês e espanhol, Portugal foi invadido em novembro de 1807. Nesse momento crucial para a sobrevivência do Império português, a Consciência Lendária-Identitária de Portugal, entendido como um império ultramarino, foi essencial para a decisão inédita, inesperada, inusitada e audaciosa de transferência de toda a Corte (governo) para o outro lado do Atlântico: da metrópole para a colônia, de Portugal para o Brasil, da Europa para a América. Nunca na história da humanidade ocorreu um traslado com esse nível de magnitude, envolvendo todas as instâncias de poder e de tomada de decisão (política) transcontinental, sem nenhuma ruptura institucional, revolução ou disputas internas de poder.

Foi a Consciência Lendária-Identitária que construiu o império ultramarino português como um todo (unitário e integrado), permitindo, assim, a união de toda a elite governante portuguesa para uma empreitada complexa, confusa, incerta e carregada de ambiguidades que foi a transferência de toda a Corte para o Brasil.

Na mesma medida, foi a Consciência Lendária-Identitária, consolidada no Brasil, como parte integrante de um império ultramarino maior e importante, que proporcionou uma acolhida total de uma Corte (governo), sem recursos financeiros e sem poder militar — visto que a Corte teve de ser escoltada para o Brasil pela marinha britânica —, em uma colônia de proporções

continentais, sem haver qualquer resistência de suas elites, tentativa de revolta, ou mesmo de um processo de independência que transformasse a colônia em um país independente.

Esse comportamento e esse caminho seria uma escolha natural para uma elite colonial (composta principalmente de traficantes de escravos, com um aparato comercial e marítimo que conectava Brasil e África em um comércio extremamente complexo, lucrativo, e com grande acúmulo de capital... que unia dois continentes em uma relação simbiótica de troca e cooperação, e que funcionavam apartados do controle metropolitano e de sua interferência)?

Os grandes traficantes de escravos possuíam todos os recursos materiais e financeiros para assumir o controle do Brasil, ou de parte dele, como governos autônomos e fortes que poderiam comercializar, negociar e se aliar aos ingleses (a real força econômica e militar do período). Mas, nada disso aconteceu. Ao contrário, os traficantes e as elites metropolitanas se associaram para manter um Governo e uma Corte falida no comando de um vasto império ultramarino, que permaneceu nas mãos de Portugal e de sua Monarquia com o apoio dos brasileiros.

A associação das elites (metropolitana e colonial) foi responsável pela maior composição de forças para se manter unida à América portuguesa, em prol de uma causa superior que seria manter intacto o território do Império ultramarino português, bem como a família real e os nobres portugueses no comando daquele vasto império.

Os nobres da Corte pensavam da mesma forma que o Monarca (menos a rainha Carlota Joaquina, que estava vinculada à Consciência Lendária-Identitária de Castela, sua terra natal), que ambos só voltariam para Portugal por causa do efeito do Congresso de Viena e da Restauração dos Bourbons (a pretensão era restaurar em toda a Europa o antigo regime e praticamente dividir a Europa entre duas dinastias: Bourbon e Habsburgo). Esses dois movimentos ameaçavam a integridade de todo o Império português, tendo gerado, inclusive, a submissão de Dom João VI às Cortes de Lisboa.

Com a volta da Corte para Portugal, o príncipe regente Dom Pedro ficou como governante do Brasil. As elites econômicas e políticas instaladas no país, tanto de origem

portuguesa (vinda com a Corte em 1808) quanto a brasileira, junto com o príncipe regente e a anuência de Dom João VI, articularam e iniciaram o processo de independência do Brasil que se concretizou em setembro de 1822, e com alguns desdobramentos até 1823 em algumas regiões do território. No processo de independência do Brasil, a Consciência Lendária-Identitária formada, ainda, enquanto Império português, foi fundamental para a manutenção da integridade territorial da América portuguesa.

As elites dos dois lados do Atlântico, residentes no país e com fortes interesses no Brasil, foram capazes de elaborar uma independência sem gerar nenhuma ruptura institucional, em que a figura da família real — na pessoa do príncipe regente, que se declarou imperador do Brasil após a ruptura com as Cortes de Lisboa em 7 de setembro de 1822 — mantivesse, portanto, intacta na consciência dos brasileiros os seus vínculos como membros e súditos de um império. Dessa forma, esse sentimento permitiu a manutenção e consolidação do Império português, deste lado do oceano atlântico, de forma definitiva e sem rupturas territoriais e institucionais.

Todo o desempenho dessa elite tropical, fragilizada do ponto de vista econômico e militar, só foi possível pela consolidação na população do Brasil e, especialmente, nesta elite de uma Consciência Lendária-Identitária, a qual permitiu consolidar o Império português das Américas; ou melhor, o Império do Brasil no continente americano, com tantas diferenças culturais e regionais, no interior de seu espaço físico, mas com uma grande identidade psicossocial que foi capaz de unir as elites de todo o seu território — da Floresta Amazônica no Norte até às planícies do Pampa Gaúcho no Sul —, em um projeto de nação que só se mostrou viável como um império unido por esta identidade ancestral, construída pelos portugueses ao longo dos séculos.

A atuação das duas pulsões psicossociais de liberdade e segurança, de forma associada, foi essencial para construir uma Consciência Lendária-Identitária, equilibrada, capaz de gerar e de constituir dois impérios: um ultramarino com sede na Europa, e outro terrestre em terras americanas; em que a pulsão de liberdade passou a permitir inúmeras conquistas, e a pulsão de segurança a manutenção desses dois impérios coloniais.

O caso espanhol

No império construído por Castela as coisas se deram de outra forma, e a sua construção identitária foi responsável por uma trajetória completamente diferente nos dois lados do Atlântico.

Como já havíamos falado anteriormente, no caso do Império espanhol vamos fazer apenas um contraponto ao Império português, visto que a relação, interna, entre os reinos que compuseram o Império espanhol na Europa é muito complexa e abordaremos neste ensaio apenas o caso de Castela, que foi realmente quem construiu o império espanhol no além-mar e, especialmente, na América. Castela foi o reino ibérico mais aguerrido em comandar a reconquista do território espanhol dos muçulmanos, nos oitocentos anos em que esse processo se deu. A união ibérica foi consolidada com o casamento dos reis católicos, Fernando e Isabel, que ocorreu junto com a reconquista de Granada concluída em 1492 (atual Andaluzia).

Ao contrário de Portugal, não houve na Espanha um projeto de conquista marítima comandada pela monarquia e pela nobreza. Foi um aventureiro italiano, Cristóvão Colombo, que ofereceu para a rainha, Isabel de Castela, a possibilidade de chegar às índias, viajando para o oeste, sem contornar a costa africana. Isabel apostou, modestamente, na empreitada de um estrangeiro com três pequenas caravelas — uma delas com o nome de Pinta pelo seu diminuto tamanho. A sorte e a coragem de um estrangeiro, mais que a técnica e a determinação das elites governantes, ajudaram a Espanha a ter sucesso na empreitada, tendo os espanhóis (castelhanos) descoberto a América em outubro de 1492, no mesmo ano que expulsaram os muçulmanos de seu território europeu.

O mesmo aconteceu com as conquistas espanholas no oceano Pacífico, com a viagem de circunavegação, onde Fernão de Magalhães deu a volta ao mundo e conquistou as ilhas Filipinas. Magalhães era um Português a serviço da Espanha e entregou toda a sua expertise para conquistar terras e formar o Império Colonial espanhol. Dito de outro modo, Castela nunca

teve uma política de estado voltada para as conquistas marítimas, com o envolvimento de suas elites intelectuais e econômicas. Tinha apenas uma gana de exploração comercial-mercantil e uma ânsia de dominação extremamente aflorada, sem a formação de uma Consciência Lendária-Identitária disseminada por todo o seu espectro social.

A consolidação da conquista territorial na Europa junto com a descoberta de novas terras, fez com que o reino de Castela, sem o apoio integral da nobreza castelhana — em especial dos outros reinos que compunham a Espanha —, iniciasse o reassentamento de castelhanos na Andaluzia, e, ao longo do tempo, reocupassem esta terra. A identidade castelhana tornou-se hegemônica na Andaluzia e na Espanha do período.

A população da Andaluzia, composta em quase sua totalidade por castelhanos e resquícios de mouriscos (espanhóis descendentes de muçulmanos), foi responsável pela imigração e ocupação das terras americanas, na parte insular e continental. Na Andaluzia concentrou-se também toda a administração das colônias americanas: desde o envio de pessoas para colonizar as novas terras até o controle de recursos materiais e financeiros, e, sobretudo, o comércio entre as colônias e a metrópole.

Tudo estava sob a chancela da Casa de Contratação das Índias, localizada em Sevilha, e depois em Cádiz. A Casa de Contratação era uma empresa monopolista estatal responsável por toda a administração das colônias e pela cobrança de impostos. A relação da Coroa espanhola com as suas terras de além-mar era toda ela marcada com uma concepção mercantilista e muito pouco se pensou a questão territorial, de cunho estratégico e de soberania do próprio Império. Não foi pensada como uma política de estado de expansão de seu Império, mas como um instrumento de exploração mercantil que foi entregue a um órgão estatal em uma região distante da Corte (governo), e com influência total de Castela na sua administração, ou seja, Castela controlava todo o Império através da Casa de Contratação.

Os conquistadores do novo mundo: Hérnan Córtez, Francisco Pizzaro, Vasco Nuñez de Balboa, Juan Ponce de León, entre outros, eram todos de origem castelhana. Castela, na

realidade, criou o Império de Castela e não um Império espanhol com o envolvimento de todos os outros reinos, de toda a nobreza e população que compunham a Espanha.

A Casa de Contratação estabeleceu uma forte distinção entre os espanhóis europeus e os americanos. Nessa classificação, os espanhóis americanos eram considerados indivíduos de segunda classe (com direitos parciais), os mestiços e nativos nem sequer eram considerados (não possuíam direito algum).

A hierarquia criada pelos administradores da Casa de Contratação, funcionava da seguinte forma:

Os Chapetones:

Eram os espanhóis nascidos na Espanha e que viviam na América. A eles cabiam ocupar os altos cargos da administração colonial, militar e religioso. Eram os controladores do aparato estatal nas colônias.

Os Criollos:

Eram os espanhóis nascidos na América. A eles eram permitidos o comércio, a propriedade da terra e a exploração da mão de obra mestiça e indígena.

Os Mestiços:

Eram os filhos de espanhóis com indígenas. A eles eram reservados o trabalho braçal, o artesanato e os serviços de menor prestígio social (capataz ou soldado).

Os indígenas:

Eles não possuíam direito algum e eram totalmente discriminados pelos administradores das colônias.

Ao contrário de Portugal, que considerava em pé de igualdade todos os seus súditos, fossem de qualquer região do Império português, o Império espanhol discriminava, seccionava as relações de identidade, sem conseguir consolidar uma Consciência Lendária-Identitária para seu império. Em outras palavras, a Espanha não conseguiu fazer uma leitura e uma assimilação lendária dos fatos históricos que transformariam a Espanha em um império global.

Com a guerra peninsular da era napoleônica, que atingiu Portugal e Espanha (1807 a 1814), as colônias da América ficaram subordinadas tão somente à administração dos Chapetones locais, pois a Casa de Contratação e a própria Coroa ficaram submersos na guerra que acontecia na Península Ibérica. Essa desarticulação, entre a sede da Casa de Contratação e suas subsidiárias nas Américas, foi o estopim para a revolta em cadeia dos Criollos, causando várias guerras de independência que fragmentaram toda a América espanhola em diversos países, os quais ficaram sob o jugo de caudilhos locais.

A Constituição de Cádiz, de 1812, tentou desesperadamente dar direitos aos não castelhanos, nas colônias, para tentar dar equilíbrio às relações de exploração no Império espanhol. Mas teve vida curta, já que a restauração do trono nas mãos de Fernando VII fez como represália que as ideias liberais, contidas na Constituição de Cádiz, fossem varridas do mapa e a imposição da Coroa de Castela sobre os demais membros do Império espanhol voltasse com força redobrada.

Ao analisarmos o caso espanhol, em contraponto ao caso português, podemos perceber que Castela foi um reino dominador que subjugou os demais reinos, sem o apoio e adesão da sua nobreza, de seus intelectuais, da sua população e das suas colônias como um império único e unido. Com efeito, a Espanha nunca conseguiu se ver como Espanha, nem mesmo nos dias atuais em que todas as suas províncias são, de fato, autônomas em relação ao governo central, e muitas delas com forte sentimento separatista, em um arranjo institucional muito frágil.

Ao estudarmos o caso espanhol sob a ótica do objeto de nosso ensaio, fica patente que foram duas as pulsões psicossociais que impulsionaram os castelhanos: a pulsão primária de segurança, seguida pela pulsão secundária de controle; já em relação aos outros reinos do império, assim como as colônias, ficaram subjugadas, mas com pulsões reprimidas de liberdade, as quais foram violentamente liberadas nos séculos XIX e XX.

Por conseguinte, Portugal soube trabalhar muito bem suas pulsões psicossociais de liberdade e de segurança, de forma equilibrada, sendo capaz de construir uma Consciência

Lendária-Identitária que propiciou a formação de um império único e unido, durante mais de trezentos anos. Castela, por seu turno, só conseguiu exercer um poder de dominação, organizado e sistematizado, mas sem identidade. O reino de Castela não conseguiu liderar os espanhóis para a construção de uma lenda que identificasse todos os espanhóis com o seu império e a sua nacionalidade. Durante todo o Império, Castela tão somente conseguiu subjugar vários povos aos seus interesses comerciais, sem, contudo, lhes oferecer uma Consciência Lendária-Identitária que fosse capaz de unir a todos.

Se usarmos a literatura de um gênio da literatura mundial, o castelhano Miguel de Cervantes Saavedra, em sua obra-prima, Dom Quixote, fica claro essa visão e essa pulsão psicossocial do povo castelhano em relação ao resto do império. Cervantes publicou a primeira parte de Dom Quixote em 1605, durante o século de ouro espanhol de 1492 a 1659. Na sua literatura não há uma única menção às conquistas extraordinárias da Espanha enquanto um império mundial ou como um império único. Ao contrário, deixa claro o seu caráter como castelhano, discriminando catalães e asturianos em uma Espanha cheia de incertezas e contradições. Cervantes expressa em sua obra as enormes contradições do Império espanhol e as incertezas de seu futuro.

Na mesma toada está a obra de Diego Rodriguez de Silva y Velázquez, um gênio da pintura, que construiu uma narrativa da família real castelhana para a própria realeza e nada da trajetória da Espanha como um Império. Velázquez era o pintor oficial do Rei, mas nunca se preocupou em retratar outros aspectos da vida e dos valores da sociedade espanhola. Direcionou sua obra aos valores da realeza castelhana.

Na realidade, Velázquez reproduzia em suas telas, unicamente, a consciência dos governantes do império (a nobreza castelhana e suas ambições). Em outros termos, a Espanha e o Império espanhol pertenciam à nobreza de Castela, ou seja, era uma elite ensimesmada que construiu um império ensimesmado, voltado para os seus valores e muito pouco interessado em construir um império focado em valores e princípios compartilhados e solidificados por toda a população, de seus vastos domínios. Ao contrário, resolveram exercer controle absoluto e impor

pulsões psicossociais voltadas para as pulsões de sua elite (pulsão primária de segurança e pulsão secundária de controle) e nunca do seu povo, não conseguindo amalgamar uma lenda que representasse a todos do reino e à maioria de sua população. Deixando, portanto, de construir uma Consciência Lendária-Identitária que engajasse a maior parcela dos súditos em torno de um projeto de nação e, conseqüentemente, de um gigantesco império que representasse a grandeza de todos os seus membros e não apenas da elite nobre de Castela.

Outro gênio das artes plásticas foi Francisco José de Goya y Lucientes, um aragonês e não um castelhano, que, entre fins do século XVIII e início do XIX, expressou como ninguém, através de suas pinturas, a psiquê social que reinava no Império espanhol de então. Em outra frente, Goya, em seus quadros, relatava a realidade do povo espanhol, suas angústias e principalmente suas ambigüidades. Entretanto, não é possível discutirmos sua ampla obra neste ensaio, mas vamos nos ater àquela obra que entendemos transmitir a alma e a agonia identitária do povo espanhol e do seu Império, como é o caso do quadro Saturno Devorando um Filho. Esta obra, portanto, expressa toda a simbologia e o sentimento dos espanhóis, nesse momento histórico, como veremos na imagem mais à frente com a reprodução do quadro de Goya.

Goya, com seus pincéis, conseguiu demonstrar como os reinos e as colônias, que compunham o Império espanhol, percebiam-se e se relacionavam com o reino de Castela e sua elite nobre — como um pai que devora os seus filhos. Entretanto, o olhar de angústia e desespero do pai ao devorar o filho, revela todo o processo de volatilidade, incerteza, complexidade e ambigüidade que a sociedade e o Império espanhol passavam naquele período. O quadro de Goya transmite o panorama sociopolítico das relações psicossociais de todo o Império espanhol no momento histórico vivido.

Nesta obra primorosa está gravada a essência desse momento histórico e as pulsões psicossociais latentes de liberdade (primária) e autonomia (secundária) da população espanhola em relação aos seus líderes castelhanos.

Esse quadro, portanto, é um retrato fiel da psiquê espanhola, daquele momento histórico de ruptura institucional e de crise de identidade. Mas, de certa forma, congela no tempo todo

esse aparato psicossocial e o mantém vivo até os dias contemporâneos, visto que esse sentimento persiste em algumas províncias autônomas que integram a Espanha atualmente, constituindo uma ligação permanente do presente com o passado desse grandioso país ibérico.



Saturno devorando um filho - Francisco de Goya (1746-1828). Óleo sobre reboco transferido para a tela. Acervo do Museu do Prado, Espanha.

Da diferença entre Cultura e Consciência Lendária-Identitária

Os casos de Portugal e Espanha são fundamentais para fazermos uma separação entre as questões culturais e a formação da Consciência Lendária-Identitária.

Portugal era culturalmente vinculado ao Reino de Castela, do qual ele fez parte no passado. Porém, em um intervalo de 270 anos, quando iniciou as conquistas marítimas portuguesas, o Reino de Portugal começou a construção de sua Consciência Lendária-Identitária, no momento em que dimensionou e perseguiu uma lenda sobre o seu papel no mundo, sendo confirmado e construído através dos tempos.

Castela, ao contrário, ficou ensimesmada em sua própria cultura e seus próprios valores como reino, sem buscar uma lenda que desse sentido ao seu papel como estado. Assim, não conseguiu transpor a sua cultura para através de um longo processo construir uma Consciência Lendária-Identitária, capaz de edificar uma nação e um Império espanhol.

A cultura possui um caráter de identidade, mas não consegue controlar as pulsões coletivas que estão relacionadas em outro nível de consciência presente nas lendas.

A Consciência Lendária-Identitária é a materialização comportamental das lendas. É possível se ter cultura idêntica ou a mesma cultura e nelas nascerem pulsões psicossociais completamente diferentes.

O processo que separou Portugal de Espanha, na sua construção simbólica e identitária, não ocorreu no âmbito e na esfera da cultura, mas, sim, na autodefinição lendária que um povo construiu e o outro não concretizou. Esses povos olharam para si de formas opostas ao construírem trajetórias lendárias dispares, apesar de possuírem culturas e origem muito semelhantes e a mesma ambição em construir impérios. Entretanto, percorreram caminhos muito diferentes.

Na perspectiva dessa nova forma de pesquisa e análise, é fundamental que a separação entre Cultura e Consciência Lendária-Identitária fique bem definida para não se confundir com

a pesquisa antropológica ou mesmo da história cultural tão presente nas obras de Roger Chartier e Norbert Elias. É muito importante dimensionar esses enfoques que são completamente diferentes em suas abordagens e seus resultados, e podem confundir quem pesquisa e quem estuda dentro dessas percepções de análise histórica. Porém, o que desvincula de forma categórica esses dois processos de pesquisa e investigação são os seus objetos de estudo e análise que estão separados na origem.

No caso da história cultural o objeto está no fato histórico e suas representações; e no caso da Consciência Lendária-Identitária o objeto está na lenda e toda a sua gama de componentes psicossociais. Assim, os objetos e os resultados das pesquisas e investigações dessas duas formas de análise são completamente diferentes um do outro, bem como os métodos de exame e de apuração aí empregados.

Para deixar claro essa diferença, sugerimos como leitura a genial alegoria, criada por José Saramago e expressa na sua sensacional obra “O conto da ilha desconhecida”, onde, ele, o autor, conta a história de um homem, súdito da realeza, que constrói uma lenda sobre uma ilha desconhecida. Essa narrativa representa uma pulsão individual de liberdade, a qual está também atrelada à necessidade de posse e segurança, que se expressa em uma terra desconhecida. Nesta história a pulsão, que era individual, passou a ser coletiva, na medida em que a pulsão daquele homem contaminou outros súditos, incluindo aí a própria realeza, em um projeto de vida e de existência que culminou na construção de um barco, e esse barco, em virtude dessas pulsões e desejos, tornou-se então a terra dos seus sonhos, anseios e desejos. Esse fantástico texto sintetiza como que as lendas pessoais podem se plasmar como lendas coletivas, que se transmutam em realidade. Este enredo só poderia ser construído pela ótica de um autor português, que foi formado dentro de uma psiquê social, toda ela imbuída nessa construção abstrata de Consciência Lendária-Identitária de uma busca por liberdade, na exploração marítima, e na segurança da consolidação de um império ultramarino.

No desenvolvimento de sua argumentação, Saramago evidencia quais são os limites e as distinções entre a cultura de um povo e sua Consciência Lendária-Identitária. Uma vez que

a construção da lenda e, posteriormente, da sua Consciência Lendária-Identitária se fazem em momentos históricos distintos e a sua própria elaboração se dá por mecanismos psicossociais completamente diferentes.

Dessarte, não há que se falar em semelhança ou igualdade entre a cultura e a Consciência Lendária-Identitária, visto que a cultura precede a formação das lendas e da própria Consciência Lendária-Identitária, como magistralmente insculpido na fantástica alegoria que Saramago cunhou como metáfora existencial.

A Semana de Arte Moderna, Macunaíma e a identidade brasileira

No caso brasileiro, a Consciência Lendária-Identitária portuguesa manteve a nossa unidade territorial intacta, na época da independência, uma vez que a presença da família real portuguesa amalgamou os diversos brasis, de diversas culturas e identidades, de norte ao sul, em torno da figura do imperador e da identidade de império, construída em terras americanas pelos portugueses ao longo de três séculos.

Durante o Segundo Reinado, as artes brasileiras foram muito incentivadas e apoiadas pelo imperador Pedro II, e tentaram, de toda forma, construir uma identidade nacional e brasileira. Todavia, a literatura, as artes plásticas e cênicas representavam uma visão de mundo europeia, com uma identificação de mundo brasileiro, sob o viés do olhar português de colonizador e de império ultramarino, dado pelo imperador e a elite dominante que possuíam esse olhar sobre o Brasil e sobre eles mesmos. Obras literárias, como: "O guarani" e "Iracema", de José de Alencar; O cortiço, de Aloísio de Azevedo; entre outras, expressam essa visão de mundo. Obras das artes plásticas, de Vítor Meirelles e de Pedro Américo, expressam essa mesma visão de mundo.

Essas obras falam da visão de mundo e da identidade que se queria construir de Brasil, de uma civilização europeia que conquista e doma a barbárie e a selvageria indígena e africana,

como se só existisse Brasil e nação brasileira se houvesse a tutela generosa do colonizador europeu, no caso do português.

Essa era uma construção identitária falsa, presa à identidade portuguesa do colonizador, que perdurou por todo o século XIX, e só teria contraponto com as obras do genial Lima Barreto, que aos nossos olhos foi um precursor da Semana de Arte Moderna de 1922. Por obra do acaso, Lima Barreto morre no mesmo ano da Semana de Arte Moderna.

Lima Barreto nascido em 13 de maio de 1881, sete anos antes da abolição da escravidão, e morto em 1 de novembro de 1922, ano da Semana de Arte Moderna — as datas de seu nascimento e morte parecem dizer muito do seu papel e importância no mundo. Lima Barreto foi um crítico dessa construção identitária falsa e exógena que mascarava e escondia o verdadeiro Brasil.

Lima Barreto era um mestiço, muito seguro de suas raízes e de sua identidade, que via na sociedade da época, colonizada e submissa aos padrões identitários e axiológicos que não eram os seus, os males da República. Livros como: "Triste Fim de Policarpo Quaresma" e "O Homem que Sabia Javanês" explicitam, de forma categórica, esse conflito latente na sociedade brasileira do início do século XX, em reconhecer e aceitar a sua verdadeira origem e identidade.

No início do século XX, o Brasil vivia as contradições de um país novo que havia se constituído a menos de cem anos e da junção de uma América portuguesa espalhada por um vasto território. Essas contradições muito bem diagnosticadas por Lima Barreto vieram à tona, de forma vigorosa, na Semana de Arte Moderna de 1922. Não menos sem significado, esse foi o ano do centenário de nossa independência, marcando o nosso amadurecimento como nação.

Esse contexto refletia uma angústia, legitimada pelo nosso processo de amadurecimento, de que necessitávamos, urgentemente, de uma identidade alicerçada na nossa realidade étnica e cultural. Da angústia surgiu a necessidade de experimentação existencial, artística e cultural que marcasse essa transformação. Esse experimento se deu através da Semana de Arte Moderna, que foi um momento catártico das artes em nosso país.

A Semana de Arte Moderna, que aconteceu de 13 a 17 de fevereiro de 1922, foi um evento que criou um movimento de profunda transformação, e os seus desdobramentos foram mais relevantes que o próprio evento. Apesar de ter tido apoio institucional do governador de São Paulo, Washington Luís, ele foi um movimento anticíclico que questionou as estruturas das artes e da cultura de maneira geral. Marcou o início do modernismo e se tornou uma referência da cultura e das artes no século XX. E é essa referência que reverberou por muitos anos, bem como alicerçou sua importância artística, cultural e histórica.

Os desdobramentos da Semana de Arte Moderna foram fundamentais no Brasil do século XX. As questões suscitadas fomentaram inúmeras mudanças de paradigma na literatura, artes plásticas, arquitetura, música e escultura. Pintores como: Di Cavalcanti, Portinari, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral deram uma guinada de cento e oitenta graus na forma como representavam o Brasil e seu povo, assim como as questões sociais, étnicas e identitárias subjacentes que passaram a construir um olhar imagético novo sobre como seria representar novas concepções de realidade, que até então não faziam parte das nossas artes plásticas.

Na literatura ocorreu o maior legado da Semana de Arte Moderna: em uma profusão de criatividade a literatura brasileira ganhou em escala, diversidade e obras que retratam a realidade, a riqueza e a complexidade de nossa gente e de nossa cultura; ganhando força, destaque e representação como nunca em nossa história. Escritores como: Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, entre tantos outros, fizeram uma revolução na forma de representação e compreensão do brasileiro e sua gênese. Obras como: "Vidas Secas", "Grande Sertão Veredas", "O Quinze", "Morte e Vida Severina" e "Romanceiro da inconfidência", transformaram as nossas vicissitudes e idiossincrasias em matéria de estudo, não apenas literário, mas também de cunho sociológico e antropológico; trazendo o povo brasileiro para uma posição de destaque para o pensamento e a intelectualidade nacional. Contudo, nada foi mais significativo e representativo da Semana de Arte Moderna que Macunaíma.

Macunaíma é uma representação alegórica, mas também objetiva do que significou a Semana de Arte Moderna no Brasil, diria mesmo, que é a sua síntese, um resumo de tudo que ela acrescentou, agregou, modificou e consolidou; sendo mesmo um cartão de visitas para se entender o que de fato ocorreu em termos artísticos e culturais, naquela semana de 1922, enquanto fenômeno social.

Saramago, em seu livro: O Conto da Ilha Desconhecida, conseguiu captar e transmutar uma realidade simbólica, intrínseca dos lusitanos, para uma obra literária, que expressa de forma primorosa a alma portuguesa e sua lenda fundadora. Essa lenda identitária, de um povo que persegue seu destino de além-mar, é uma síntese dos sentimentos mais profundos do povo português.

Mário de Andrade, nosso polímata mestiço, fez o mesmo que Saramago com sua obra-prima Macunaíma. Essa obra literária de difícil classificação, publicada em 1928, seis anos após a Semana de Arte Moderna, é seu filho mais viçoso e primordial, responsável por construir uma lenda de Brasil, assimilável em qualquer região de nosso vasto território e por todas as classes sociais. Seu caráter identitário é inegável e sua estrutura interpretativa do Brasil também é evidente.

A obra Macunaíma narra uma lenda indígena, da região amazônica, que o autor adapta e transmuta para a realidade brasileira, misturando elementos míticos e lendários em uma construção interpretativa e analítica do que é ser brasileiro, tentando detectar os processos antropológicos que nos identifica e caracteriza como nação e de apontar as nossas principais ambiguidades como povo.

O livro narra a história de Macunaíma, um índio que nasceu preto, que expulso de sua terra migra para o centro urbano em busca do Muiraquitã, — uma pedra mágica que irá solucionar seus problemas, que lhe fora dada pela mãe do mato e depois perdida e encontrada por Piaimã, um gigante comedor de gente que vivia em São Paulo como um rico burguês. Macunaíma à medida que segue seu caminho do interior e da selva para o centro urbano e capitalista, vai mudando fisicamente e se torna branco.

Macunaíma descreve, de forma lendária, a trajetória do povo brasileiro e de seus elementos constitutivos, narrando as nossas origens indígenas e africanas que foram incorporadas ao longo de nossa história, através da diáspora africana, ocorrida em terras americanas, e também pelos indígenas que foram sendo aculturados pelo homem branco e expulsos de suas terras. Este homem ancestral assimila a cultura do branco, mas nunca se torna um branco verdadeiro.

Na lenda identitária, construída na obra Macunaíma, seremos sempre um Piaimã travestido de homem branco e capitalista que não reconhece suas origens, mas jamais conseguirá ser um branco de verdade (europeu).

Macunaíma só poderia ser escrita por alguém como Mário de Andrade, ele próprio um Piaimã, homem mestiço de branco e negro, pertencente à elite econômica e cultural de São Paulo, que vivia suas contradições identitárias e que, como polímata que era, soube como ninguém interpretar e ressignificar suas contradições e idiosincrasias, que eram na realidade próprias do povo brasileiro.

A Semana de Arte Moderna e a obra Macunaíma trouxeram, para dentro do Brasil, as ambiguidades identitárias detectadas, neste ensaio, sobre a construção dos impérios coloniais português e espanhol. Se, de um lado, a Consciência Lendária-Identitária portuguesa nos permitiu uma construção unitária de país, em um vasto território, sem a fragmentação cultural que distância um brasileiro gaúcho dos pampas de um brasileiro do Amazonas. Por outro lado, gestou uma elite sem identidade com seu povo e ensimesmada em seus próprios valores e interesses.

Nossa elite, que se julga europeia, na realidade são piaimãs que se escondem em uma representação alegórica de europeus racionalistas e capitalistas, mas que, ao fim e ao cabo, são devoradores e destruidores de sua própria cultura e sua gente.

A elite brasileira se comporta de forma antropofágica, em relação à sua população, como o gigante Piaimã na obra Macunaíma; da mesma forma que o Reino de Castela agia com os seus súditos, na emblemática tela de Goya.

Saturno de Goya e Piaimã de Macunaíma são representações simbólicas sensacionais que demonstram bem o agir das duas sociedades, tão díspares e afastadas no tempo como a espanhola e a brasileira. Mas que transmitem o agir de suas elites de forma atemporal. O quadro de Goya e a descrição de Piaimã se colocadas, lado a lado, parecem se complementar em uma única representação simbólica de opressão.

A obra Macunaíma, de Mário de Andrade, soube como ninguém compreender a antropofagia cultural, tão bem elaborada por Oswald de Andrade nas suas interpretações possíveis — a externa, em que tudo que vem de fora é ressignificado como, também, do lado oposto, em uma tentativa constante das elites de sufocar e sublimar a potente cultura que vem do povo e de suas raízes africanas e indígenas. Dito de outra forma, Mário de Andrade, em sua obra, identificou o nó górdio da nossa cultura que são duas Consciências Lendárias-Identitárias: uma da elite que não aceita suas origens e tenta a todo custo apagá-las e subjugar-las; e outra do povo que assimila a cultura da elite (europeia), mas passa a ressignificá-la através das suas próprias raízes e valores culturais.

A Semana de Arte Moderna e a obra Macunaíma, conseguiram trazer à luz a grande complexidade que é a estrutura psicossocial que funda nossas questões identitárias, e que cem anos depois passa por um conflito permanente. Parte da elite brasileira não aceita suas próprias raízes e nem seu povo como de fato ele o é. E de outro lado, a maioria do povo, e uma parte de nossa elite intelectual, lutam pela afirmação de sua cultura e valores de origem africana e indígena. O reconhecimento desse conflito expressa muito da angústia coletiva que vivemos atualmente.

O Brasil completa em 2022 duzentos anos de independência e cem anos de Semana de Arte Moderna. Esses conflitos que eram latentes, no passado, tornaram-se patentes, no presente, e deverão ser dirimidos, em algum momento, pelas próximas gerações de brasileiros, em uma construção coletiva que possa formar uma única Consciência Lendária-Identitária para todos, sob pena de chegarmos nos nossos trezentos anos de independência como um país dividido e segregado, do ponto de vista cultural, artístico e identitário.

A Semana de Arte Moderna foi o ponto de partida para a nossa consolidação identitária e soberana de nação, que só poderá ser construída através de uma arte e uma cultura que possam representar a todos nós e dar sentido identitário aos brasileiros de forma homogênea.

Considerações Finais

Na análise comparada (análise de caso) realizada neste ensaio — com o contraponto entre o Império português e o Império espanhol e, especialmente, sua interligação com a Semana de Arte Moderna e sua influência, na construção do imaginário brasileiro sobre si mesmo —, traz à luz uma clara constatação do papel das artes na formação de uma consciência coletiva de nação, que no caso brasileiro está magistralmente especificada e sintetizada na sensacional obra de Mário de Andrade, que é *Macunaíma*,

Macunaíma é uma construção artística que expressa, de forma indelével, uma estrutura psíquica e social do que é ser brasileiro, com uma psiquê calcada no tripé indígena, africano e europeu, exatamente nessa ordem. E de forma bem didática, o livro nos apresenta a personagem principal *Macunaíma*, que nada mais é que o povo brasileiro apresentado em configuração alegórica na sua trajetória histórica, em sua feição imagética e lendária.

Macunaíma é a expressão mais precisa e eficaz de todas as questões abordadas e apresentadas na Semana de Arte Moderna, que propiciou, através do seu legado, uma nova visão de nação e de povo brasileiro, construindo uma Consciência Lendária-Identitária que nos concebe como nação única no mundo, resultado inusitado de uma mistura *sui generis* de etnias e culturas que se mesclaram, dando origem a uma cultura que é síntese dos três pilares étnicos que formam a humanidade.

Revisitar a Semana de Arte Moderna e o seu legado é essencial para que possamos olhar para nós mesmos como povo e nação, e analisarmos os nossos caminhos identitários, traçados até agora, e a partir daqui como vamos refletir e ressignificar as nossas questões de identidade, após duzentos anos de independência e cem anos de Semana de Arte Moderna.

Referência

- ALENCAR, José. **O Guarani**. Ponta-Grossa: Ed. Principis. 2020.
- ANDRADE, Mário. **Macunaíma: O Herói Sem Nenhum Caráter**. Brasília: Ed. Edições Câmara. 2017.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Brasília: Ed. Edições Câmara. 2018.
- BARRETO, Lima. **O Homem Que Sabia Javanês**. Curitiba: Ed. Polo Editorial do Paraná. 1997.
- BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ed. DCL. 2013.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2002.
- GOMES, Laurentino. **1808**. São Paulo: Ed. Globo. 2014.
- HOLANDA, Buarque Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2015.
- HOLANDA, Buarque Sérgio. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2010.
- MEIRELES, Cecília. **O Romancero da Inconfidência**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira. 1989.
- MOLINA, Sérgio. **O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha: Primeiro Livro**. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio. 2012.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Ed. Record. 1980.
- ROSA, Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira. 2015.
- SARAMAGO, José. **O Conto Da Ilha Desconhecida**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Libório Manuel. **A Nau Catrineta e a História Trágico-Marítima: Lições de Liderança**. Portugal: Ed. Centro Atlântico, 2010.